

**Na tentativa de «sufocar» a Universidade Livre**

**MINISTÉRIO FOMENTOU A CRIAÇÃO DE TRÊS UNIVERSIDADES PRIVADAS**

**— «contra-ataca» o respectivo Conselho de Administração**

A Universidade Livre afirma, numa nota enviada ao JN, ter documentos comprovativos de que o actual Ministério da Educação e Cultura «fomentou o surgimento de três novas universidades», sendo elas a Portucalense, a Autónoma Luís de Camões e a Lusitana, a primeira no Porto e as duas últimas em Lisboa.

Na nota, o Conselho de Administração da SOGELVRE, empresa comercial titular da Universidade Livre (UL), acrescenta que, «desde há muito, o actual MEC nos pretende sufocar (...) mas em vão: defendeu-nos a lei».

Sobre as três universidades que resultaram todas de dissidências e guerras no interior da Universidade Livre, a Administração refere

que todas elas foram «autorizadas a funcionar por despachos proferidos sobre requerimentos juridicamente nulos, pois que formulados por cooperativas, então, e ainda, sem existência».

«Tudo nos leva a crer — acrescenta a Universidade Livre — que o actual MEC teria já pronta a lista que, nos termos do art.º 27 do decreto-lei 100-B/85, deveria publicar até 30 de Junho, lista

essa que, naturalmente, não seria incluída a UL, no pressuposto de que não resisti-

mais e talvez melhores docentes, doutorados e não doutorados, do que nos anos

**MINISTÉRIO DESMENTE**

O Ministério da Educação negou ontem ao JN ter tido qualquer interferência no surgimento de três universidades privadas. Foi uma fonte autorizada daquele departamento governamental quem o afirmou ao nosso jornal.

A única medida que poderia ser terradamente interpretada em tal sentido é um diploma do Ministério da Educação sobre os cursos da Universidade Livre, que esta instituição contestou recorrendo para o Supremo Tribunal Administrativo.

riamos ao fomentado e separado esvaziamento do nosso corpo docente. Enganaram-se mais uma vez. Temos

anteriores e certamente do que qualquer das novas universidades».

Comentando a notícia publicada anteontem no «Jornal de Notícias», na qual dávamos em primeira mão a informação de que os cursos da Universidade Livre (Porto e Lisboa) não serão reconhecidos pelo Ministério para o próximo ano lectivo, o comunicado da Universidade Livre considera a notícia «manifestamente alarmista, não obstante puramente jornalística (excepção feita à fotografia do portão fechado com correntes, que poderá induzir em erro os vossos leitores, supondo-a actual». E acrescenta: «Não pomos em dúvida a veracidade das vossas informações, dignas ou não».

Entretanto, num comunicado distribuído aos alunos

daquela instituição, o Conselho de Administração refere que as informações veiculadas pelo JN lhe parecem «suspeitas (...) pela campanha que vem sendo desenvolvida em várias frentes, que tem, entre outros objectivos, o de prejudicar, de forma evidente e bem clara, a UL, a favor de novas «universidades» que, quer em Lisboa quer no Porto, estão interessadas em garantir para elas o monopólio dos alunos».

«A campanha em causa — salienta — tem, pois, objectivos meramente comerciais e é agora exacerbada pelo notável impacto da publicação da lista dos professores doutorados (...) com que o corpo docente da UL (Lisboa e Porto) será enriquecido em 1986-87».

Comentando o título de primeira página do nosso jornal, o comunicado sublinha que «se algum ponto existe de perfeito acordo entre a Administração da UL e o MEC, é que as licenciaturas dos alunos até agora inscritos não estão de todo em causa».

O Conselho de Administração termina a sua carta ao JN deste modo: «Somos pelo ensino livre e pela iniciativa privada. Acreditamos nas virtudes da concorrência, desde que legal. Só tememos os protectionismos governamentais, embora continuemos dispostos a enfrentá-los, como sempre temos feito com pleno êxito».

Diá

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
X
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política educativa  
ens. Particular